



A OMC

e os efeitos
destrutivos
da indústria da
cana no Brasil

CADERNOS DE FORMAÇÃO **2**

A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil

Fotos - João Ripper
Projeto Gráfico e Diagramação: Luciane Udovic Bassegio
Abril de 2006

Texto: Maria Luisa Mendonça
Colaboraram: Maria Aparecida de Moraes, Plácido Junior, Marluce Melo
e Tiago Thorlby

Apoio: Comissão Pastoral da Terra, Grito dos Excluídos Continental,
Jubileu Brasil/Campanha Contra a Alca, Rede Social de Justiça e Direitos
Humanos, SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes.

Informações
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Rua Castro Alves, 945 - Aclimação - São Paulo - Brasil
Telefax: 11 3271-1237 | 3271-4878
Email:rede@social.org.br - www.org.br

Comissão Pastoral da Terra
Rua Esperanto 490 - Ilha do Leite - Recife, PE - Brasil
CEP 50070-390
Tel/Fax: 55-81-32314445
Email: cptpe@terra.com.br

A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil

O Brasil é o maior exportador mundial de açúcar. Em 2004, o País exportou 15,7 milhões de toneladas do produto. A indústria da cana foi o setor do agronegócio que mais cresceu no Brasil em 2005. Enquanto a produção da soja (um dos principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil) cresceu 1,3%, a produção de derivados da cana-de-açúcar cresceu 26,7% este ano. Esta tendência de crescimento deve continuar, a partir de negociações do governo brasileiro no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A produção de álcool também deve aumentar. O Brasil é atualmente o maior produtor mundial, responsável por 45% do mercado. Em 2004, exportou 2,6 bilhões de litros do produto. Existe uma expectativa de que o Japão, a partir da ratificação do Protocolo de Kyoto, que prevê a redução na emissão de gases poluentes, passe a utilizar uma mistura de 3% de álcool anidro na gasolina, e que isso represente um aumento de cerca de 1,8 bilhões de litros por ano nas exportações brasileiras.



“A expansão da indústria da cana tem trazido sérias conseqüências para o País, como a expulsão dos trabalhadores do campo.”

As regiões do País que, historicamente, têm cultivado a cana em larga escala são o Nordeste e o estado de São Paulo. Mais recentemente, a indústria se expandiu no norte do estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais, Espírito Santo, norte do Paraná e estados do Centro Oeste.

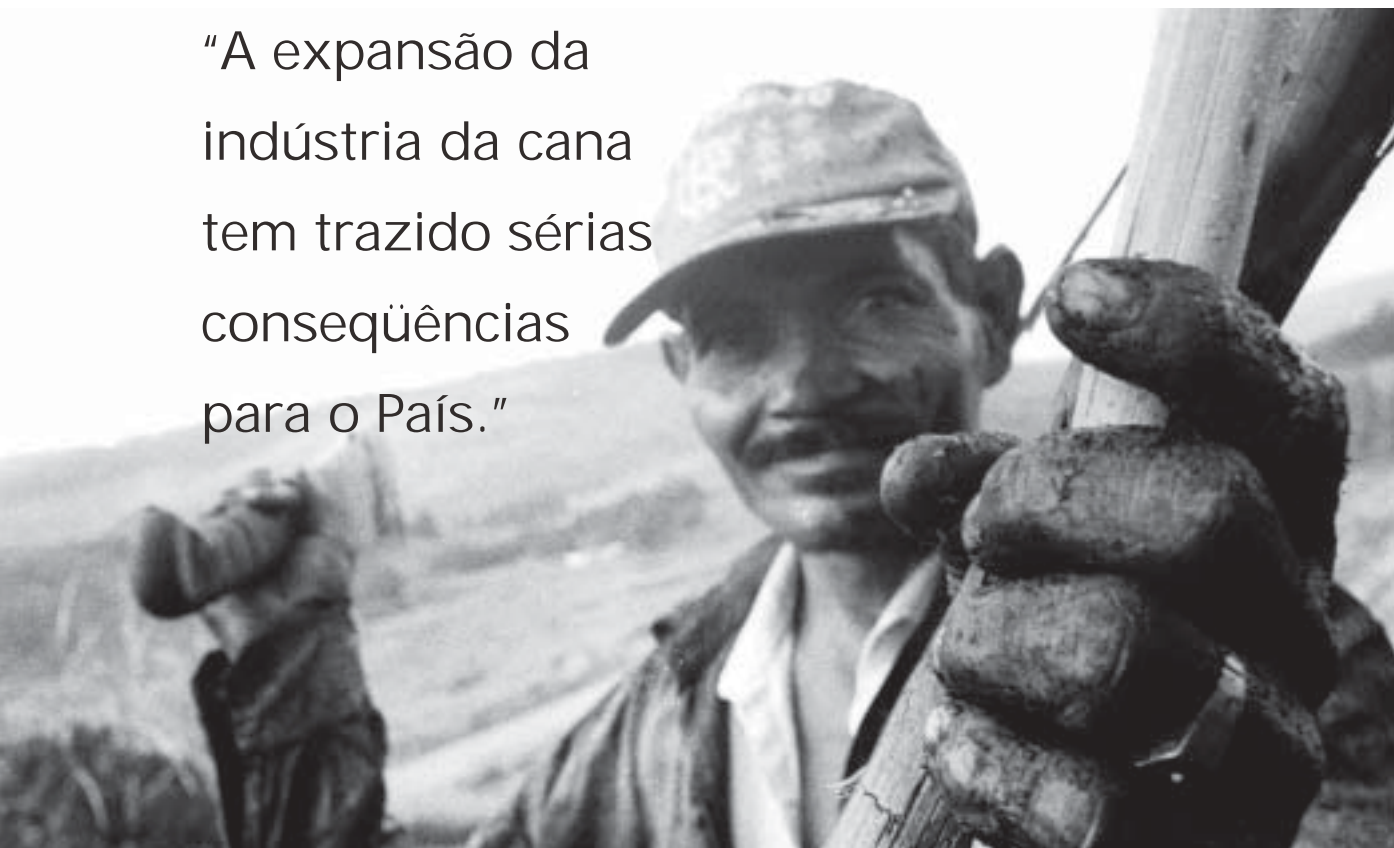
A indústria da cana sempre teve grande importância na economia e no processo histórico brasileiros. A atividade adquiriu dimensão ainda maior no Brasil com a crise internacional nos anos 70, que causou forte alta no mercado petrolífero e impulsionou o setor canavieiro, a partir da criação do Proálcool. De 1972 a 1995, o governo brasileiro incentivou o aumento da área de plantação de cana e a estruturação do complexo sucro-alcooleiro, com grandes subsídios e diferentes formas de incentivo. O Instituto do Açúcar e do Alcool, por exemplo, foi responsável durante quase 60 anos por toda a comercialização e a exportação do produto, subsidiando empreendimentos, incentivando a centralização industrial e fundiária sob o argumento da “mo-

dernização” do setor, proporcionando terras férteis, meios de transporte, energia, infra-estrutura, insumos, etc.

“O complexo canavieiro se apresenta como uma produção totalmente integrada devido à sua histórica expansão e constituição, sob a égide do Estado. A propriedade fundiária teve um papel central neste processo e a ela estiveram vinculadas as políticas oficiais de acesso ao crédito e aos benefícios da subvenção estatal”, afirma o pesquisador Bruno Ribeiro.

Porém, a expansão da indústria da cana tem trazido sérias consequências para o País, como a expulsão dos trabalhadores do campo, constantes violações de direitos trabalhistas e destruição ambiental. O modelo agrícola baseado na monocultura para exportação se contrapõe a propostas de políticas que garantam a soberania alimentar e a reforma agrária. A atual expansão desse cultivo em áreas de fronteira agrícola causa conflitos com povos indígenas e com pequenos agricultores.

“A expansão da indústria da cana tem trazido sérias consequências para o País.”



A OMC e a Expansão da Monocultura da Cana

A monocultura da cana deve se expandir no Brasil a partir da proposta do governo de ampliar o acesso a mercados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa política se baseia em consolidar vantagens comerciais para o setor agrícola baseado na monocultura para exportação, com foco inicial no questionamento do regime do açúcar praticado pela União Européia. Um dos principais setores interessados nesse processo é a indústria da cana, conhecida historicamente por promover a concentração da terra, a violação de direitos trabalhistas e a destruição do meio ambiente. O crescimento desse setor pode inviabilizar a reforma agrária em muitas regiões do País. Esse efeito negativo já é visível e crescente.

Desde sua criação em 1995, o principal papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem sido expandir seu poder de regulamentação em 147 países, o que significa exercer grande influência no cotidiano de milhões de pessoas. Apesar de difundir a ideologia do “livre comércio”,



“Desde sua criação, o principal papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem sido expandir seu poder de regulamentação.”

a OMC possui uma complexa estrutura de regras utilizadas na defesa dos interesses de grandes multinacionais e de seus países sedes. A abrangência dos acordos contidos na OMC vai muito além de temas relacionados ao comércio internacional.

Por isso, é fundamental que movimentos sociais acompanhem o atual estágio de negociações em preparação para a 6ª Reunião Ministerial da OMC que será realizada em Hong Kong, em dezembro de 2005. Uma das principais propostas dos países agro-exportadores do Sul (como o Brasil) é negociar benefícios comerciais para o agronegócio em troca da abertura de novos mercados para setores estratégicos como serviços e produtos industriais.

O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar, devido ao baixo custo de produção e de grandes incentivos do governo. A União Européia é o segundo maior exportador do produto e utiliza como matéria prima a beterraba. O Brasil questiona na OMC os subsídios da União Européia para seus produtores, mas também oferece grandes subsídios para a indústria da cana.

A prioridade do governo brasileiro na OMC tem sido negociar acesso a mercados para grandes produtores rurais. Esta política se contrapõe às propostas defendidas pelos movimentos sociais para o fortalecimento do mercado interno, do desenvolvimento rural e da soberania alimentar. Nesse contexto o grande vilão é o subsídio, mas não se questiona problemas causados por monopólios agrícolas e pelo modelo de produção voltado para o mercado externo.

“Defendemos o direito e o dever dos Estados em apoiar e promover seu próprio setor agropecuário, principalmente a

agricultura camponesa, porque dela dependem a qualidade de vida de amplos setores da população, o equilíbrio territorial e ambiental, e a capacidade de definirem suas prioridades e estratégias comerciais”, explica Paul Nicholson, membro da Via Campesina Internacional.

O aumento das exportações não significa melhores condições de vida no campo. Com a implementação do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), o México triplicou suas exportações agrícolas e, ao mesmo tempo, três milhões de camponeses foram arruinados. Atualmente, a produção mexicana de milho é controlada por grandes multinacionais. Na Ásia, a exportação de arroz é dominada pela Cargill que, junto com a General Foods e a Nestlé, controla cerca de 70% do mercado internacional de alimentos.

A destruição da economia rural promovida por políticas de “livre comércio” tem sido tão intensa e profunda que vem gerando novas formas de protesto, algumas incorporando atitudes mais drásticas como no caso do agricultor coreano Lee Kyung Hae, que tirou a própria vida durante uma manifestação contra a OMC em Cancún (México), em setembro de 2003. Ao contrário da imagem de desespero ou desequilíbrio difundida pela mídia conservadora, o gesto de Lee representa um sacrifício consciente contra a opressão de milhares de camponeses. Desde a criação da OMC, cerca de 600 mortes deste tipo têm sido registradas por ano na Índia. Os camponeses preferem morrer a ver suas terras confiscadas por não conseguirem cobrir os custos da produção, principalmente em períodos de seca. Por essa razão, o principal lema das manifestações em Cancún passou a ser “A OMC Mata Camponeses”.

Modelo Agrícola Baseado na Monocultura e no Latifúndio

A monocultura da cana se instalou no Brasil durante o período da colonização portuguesa. As primeiras mudas chegaram ao País em 1532 e a produção se concentrou nas Capitanias de Pernambuco e Bahia. Entre 1532 e 1822, o lucro gerado pelo comércio do açúcar brasileiro representou o dobro daquele gerado pelo ouro e cinco vezes o de todos os outros produtos somados (madeira, café, algodão, etc.). Historicamente, este setor tem se baseado na exploração de grandes áreas territoriais, de recursos naturais e da mão-de-obra escrava.

Atualmente, um dos principais pilares da política econômica do governo continua sendo o modelo agrícola baseado na monocultura para exportação. Apesar da propaganda do agronegócio como símbolo de "desenvolvimento", esse modelo gera sérios problemas sociais e econômicos. Algumas das principais consequências desta política são a degradação do meio ambiente, a concentração de renda e o desemprego no campo.

Segundo o professor da USP, Ariovaldo Umbelino, do total de empregos gerados



“ Historicamente, a monocultura da cana tem se baseado na exploração de grandes áreas territoriais, de recursos naturais e da mão-de-obra escrava. ”

no campo brasileiro, 87,3% estão nas pequenas unidades de produção, 10,2% estão nas médias e somente 2,5% estão nas grandes. Este estudo demonstrou ainda que as pequenas e médias propriedades rurais são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos. “Com relação à utilização da terra, as lavouras (temporárias e permanentes) ocupavam 50,1 milhões de hectares ou 14,1% da área total dos estabelecimentos e nelas, as pequenas unidades ficavam com 53%, as médias com 34,5% e as grandes com 12,5%”.

Apesar desses dados, o governo tem priorizado uma política agrícola que favorece principalmente grandes empresas. Em 2004, dez empresas transnacionais receberam cerca de \$4,5 bilhões de reais do Banco do Brasil. Este valor é maior do que o todo o crédito concedido aos pequenos agricultores através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). No total, o governo disponibilizou \$37 bilhões de reais em crédito para grandes fazendeiros.

Mesmo com tanto apoio governamental, as usinas do Nordeste permanecem com grandes dívidas. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra em Pernambuco, os grandes usineiros têm uma dívida com o Estado de mais de 3,5 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, a região da Zona da Mata pernambucana, onde predomina a monocultura da cana, tem alguns dos piores indicadores sociais e econômicos do mundo, com denúncias de trabalho infantil, assassinatos de trabalhadores rurais, e má gestão de recursos públicos. Esta situação permanece desde o período da colonização, sempre com predomínio do poder dos “senhores de engenho”.

Segundo o pesquisador Bruno Ribeiro, o Estado sustenta os senhores de engenho. “Seus negócios não são o açúcar ou o álcool, mas a apropriação de recursos via programas, incentivos e oportunidades oferecidas pelo governo. Os produtores nordestinos se sustentam graças ao poder político que detêm”.

Mesmo com todo o apoio governamental, muitas usinas faliram em Pernambuco. Nos últimos 20 anos, o número de usinas diminuiu de 43 para 22. Porém, a área dessas usinas permanece a mesma e, portanto, há maior concentração fundiária. Neste período, estima-se uma perda definitiva de cerca de 150 mil postos de trabalho na Zona da Mata e a expulsão de 40 mil famílias de camponeses da região. A alternativa então é a busca de emprego nas cidades próximas, a migração, a resignação à condição de mão de obra temporária e clandestina ou a luta pela reforma agrária.

No estado de São Paulo, a região mais rica do País, apesar dos produtores divulgarem grandes lucros, a situação não é diferente. A indústria da cana se baseia na superexploração do trabalho, gerando várias situações que são análogas ao trabalho escravo.

O Brasil possui o menor custo de produção de açúcar do mundo porque explora trabalhadores e não tem compromissos com gastos e práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental. No estado de São Paulo, o custo de produção é de \$165 dólares por tonelada. Nos países da União Européia esse custo é de \$700 dólares por tonelada. “O complexo canavieiro é um dos complexos agroindustriais mais importantes do Brasil; apresenta produtos bastante competitivos no mercado internacional

graças a seus baixos custos de produção, que estão associados aos baixos salários pagos aos trabalhadores”, explica o professor Francisco Alves, da Universidade Federal de São Carlos.

Apesar do desenvolvimento tecnológico, o setor apresenta grande concentração fundiária. De um total de 5 milhões de hectares plantados, apenas 20% da cana produzida no Brasil vêm de pequenas e médias propriedades. Na região de Ribeirão Preto (SP), toda a terra está concentrada nas mãos de oito famílias.

Há uma tendência de fechamento de pequenas usinas, pois o ritmo de fusões e aquisições se acelerou de 2000 a 2004,

quando 20 usinas foram negociadas no Brasil, a maioria em São Paulo. Recentemente, houve um crescimento na participação de empresas estrangeiras no setor e um aumento na concentração do poder econômico de alguns grupos.

Alguns dos principais grupos estrangeiros que atuam no setor são as empresas francesas Louis Dreyfus, que adquiriu as usinas Cresciumal (em São Paulo) e Luciância (em Minas Gerais); e a Béghin-Say, que adquiriu as usinas Guarani e Cruz Alta em São Paulo. A empresa Cosan também se associou recentemente ao grupo Béghin-Say e ao Trading Sucden (Franco-Brasileira Açúcar e Álcool S/A) e adquiriu cinco usinas.



“Degradação do meio ambiente,
concentração de renda e
desemprego no campo.”

O Novo Pro-álcool



// O novo
pró-álcool recebe
diversas formas de
incentivo do
governo,
principalmente
do programa nacional
de bio combustíveis. //

Atualmente, existe uma proposta de reestruturação do Pro álcool, com várias medidas governamentais de fomento já sendo implementadas, como abertura de novas linhas de crédito oficial, aumento do percentual de adição do álcool à gasolina, entre outras. O setor movimenta \$20 bilhões de reais por ano e recebe diversas formas de incentivo. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) é o principal agente financeiro do novo Proálcool, com a previsão de investir \$7 bilhões de reais entre 2004 e 2006, através do Programa Nacional de Biocombustíveis. No Congresso, o projeto tem apoio da Frente Parlamentar Sucroalcooleira. As empresas do setor recebem ajuda também do Ministério da Agricultura e do Banco Japonês de Cooperação Internacional.

Esse processo é incentivado ainda pelo aumento da frota de veículos "flexíveis" que funcionam com álcool (considerado "não poluente") ou com gasolina. É estimulado também por um acordo bilateral Brasil-Alemanha para a produção subsidiada de 100 mil veículos movidos a álcool, com o objetivo de colaborar para que a Alemanha cumpra seu compromisso com o Protocolo de Kyoto. Os governos estaduais investem nesse setor. Nos últimos anos, o governo do estado de São Paulo reduziu a alíquota de ICMS de 25% para 12% para o álcool hidratado. O governo do Mato Grosso do Sul tem apoiado empresas do Nordeste para se instalar na região.

Modelo Agro-Exportador versus Reforma Agrária

A história do Brasil tem sido marcada por sérias violações dos direitos de trabalhadores/as rurais, em consequência da enorme concentração fundiária. O monopólio da terra gera pobreza, desemprego, exclusão social, além de manter o poder das oligarquias rurais que buscam perpetuar a estrutura colonial no País.

O Brasil apresenta um dos maiores níveis de concentração fundiária do mundo, onde cerca de 70 mil imóveis, representando apenas 1,7 % do total de 4.238,4 milhões de imóveis, ocupam 43,8 % do total da área cadastrada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo dados do INCRA, 70% dos imóveis acima de 2.000 hectares são improdutivos, representando 120 milhões de hectares. Dos 600 milhões de hectares cultiváveis no Brasil, 250 milhões são áreas presumivelmente devolutas, ou seja, pertencentes aos estados e à União, mas a maior parte está sendo explorada por grileiros.

A atual política agrícola baseada na monocultura para exportação impede a realização da reforma agrária. O número de famílias assentadas durante 2003 e



“ O monopólio da terra gera pobreza, desemprego, exclusão social e mantém o poder das oligarquias rurais. ”

2004 foi "irrisório". Dados do próprio INCRA indicam que o governo não conseguirá cumprir sua meta de assentar 115 mil famílias por ano. Em 2004, o governo afirmou ter assentado 81 mil famílias. Em 2003, o governo só assentou 36,8 mil famílias, segundo dados oficiais.

A incapacidade do governo para realizar a reforma agrária estimula a violência no campo. Dados da CPT revelam que, de 1985 a 2004, foram registrados 1.388 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosas ligados à luta pela terra. Destes 1.388 assassinatos, apenas 77 foram levados a julgamento. Entre os mandantes dos crimes, somente 15 foram julgados, sendo sete condenados. Foram levados a julgamento quatro intermediários, sendo dois condenados. Entre os 110 executo-

res julgados, 65 foram condenados. Entre 1985 e 2004, 7.131 trabalhadores rurais foram presos em função de suas atividades políticas ligadas à luta pela reforma agrária.

Com o início do governo Lula em 2003, o número de assassinatos de trabalhadores rurais cresceu 69,8% em relação a 2002, chegando a 73. O número de ordens de despejo também foi recorde em 2003, atingindo 35.297 famílias, envolvendo cerca de 176.485 pessoas, o que representa um aumento de 263,2% em relação aos dados de 2002. O número de prisões também foi 140,5% maior do que em 2002. Em 2004, a CPT registrou um aumento de 10,8% no número de prisões, com 421 trabalhadores rurais presos; e de 5,5% no número de famílias despejadas, o que significa o maior número de despejos nos últimos 20 anos.

Reforma Agrária Já! Por um país sem latifúndio.



Migração, Trabalho Escravo e Violações de Direitos Trabalhistas

A expansão e a crescente mecanização do setor canavieiro têm gerado maior exploração (chamada de “flexibilização”) da força de trabalho. Principalmente em São Paulo, a maior parte do corte da cana é realizada por trabalhadores migrantes, principalmente do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. A Pastoral dos Migrantes estima que cerca de 200 mil trabalhadores migrantes trabalhem em São Paulo no período da safra de cana, laranja e café. No setor canavieiro do estado, o número de migrantes por safra é estimado em 40 mil.

Para milhares de trabalhadores essa situação “temporária” se torna permanente por falta de alternativas de emprego em suas regiões de origem. Eles iniciam um círculo vicioso: “O trabalho aqui é o mais bruto que existe, mas é o único que temos”, afirma um trabalhador pernambucano em Dobrada (SP). Mesmo dizendo que não voltariam mais a trabalhar no corte da cana, muitos acabam se submetendo indefinidamente a essa situação de extrema exploração. Na entressafra, um número mais reduzido de mão-de-obra é utilizado para o preparo da terra e plantio



“O desemprego causado pelo modelo agrícola baseado na monocultura gera o trabalho escravo.”

em algumas áreas, além da aplicação de agrotóxicos. O desemprego causado pelo modelo agrícola baseado na monocultura e no latifúndio aumenta o contingente de trabalhadores que se submetem a trabalhar em lugares distantes de sua origem, em condições precárias. As denúncias de trabalho escravo aumentaram nos últimos anos.

O Ministério do Trabalho identificou ontem em Conchal/SP pelo menos 300 trabalhadores rurais cortadores de cana vivendo em condições 'subumanas'. Eles estavam em alojamentos administrados por agenciadores contratados pela Usina Virgulino Oliveira, cujo sócio-proprietário é o presidente do Conselho de Administração do grupo Copersucar, Hermelino Ruete de Oliveira, um dos integrantes da comitiva do presidente Lula à China no mês passado.

(Folha de São Paulo, 24 de julho de 2004)

Esses trabalhadores muitas vezes iniciam suas atividades já endividados. Uma das dívidas contraídas antes de iniciar o trabalho é com o transporte (muitas vezes clandestino, chamado de "excursão") que custa em média R\$200,00 por trabalhador que migra do Nordeste para São Paulo. Os trabalhadores migrantes são aliciados por "gatos" ou "turmeiros", que muitas vezes são também os donos dos caminhões ou ônibus que realizam o transporte.

A Polícia Federal de Piracicaba vai apurar a existência de crime organizado na contração de migrantes para o trabalho na safra de cana-de-açúcar da região. Com base em dossiê elaborado pela Pastoral do Migrante, a PF já destacou agentes para investigar a conexão de várias áreas no tráfico de migrantes. Segundo o dossiê, esses segmentos teriam lucro para

intermediar a saída dos safristas de suas cidades de origem, no Norte e Nordeste do país, até municípios como Charqueada, Capivari, Rio das Pedras e Piracicaba (SP). Os envolvidos no inquérito que investiga suposto trabalho escravo contra grupo de 60 trabalhadores de Qui-papá, a 650 quilômetros de Recife (PE), podem ser indiciados por crime de formação de quadrilha. O enquadramento terá como base o artigo 288 do Código Penal. (Jornal de Piracicaba, 27 de maio de 2004)

Na região dos canaviais aumentam as chamadas "cidades-dormitórios", onde os trabalhadores migrantes vivem em cortiços, barracos ou nas "pensões". Apesar da situação precária, os custos com moradia e alimentação são muito acima da média paga pela população em geral.

No dia 16/06/2004, fiscais do Ministério do Trabalho encontraram várias irregularidades no alojamento de cortadores de cana vindos de Amarante (PI) para trabalhar em Ituverava (SP). Os trabalhadores disseram que o empregador que os contratou está descontando água, luz e aluguel dos salários e que nunca chegaram a receber dinheiro. Além disso, ele estaria obrigando-os a comprar alimentos e produtos de higiene em seu supermercado. Os cortadores de cana foram contratados por uma empresa em nome de Rita de Cássia Rosa Reque, da cidade de Delta (MG). No entanto, os fiscais puderam constatar que os acertos do salário e os descontos de aluguel, transporte, refeição e despesas são feitos pelo comerciante José Alcides Ruivo, dono do supermercado onde os trabalhadores fazem compras.

Fonte: www.eptv.com.br Ribeirão Preto

Tanto os alojamentos das usinas quanto as “pensões” são barracos ou galpões improvisados, superlotados, sem ventilação ou condições mínimas de higiene.

Trabalhadores da cana-de-açúcar trazidos do Piauí foram encontrados em situação degradante em Itu- verava: quase 30 pessoas moravam juntas numa casa de cinco cômodos com péssimas condições de higiene, dormiam no chão... não recebiam salários, mas vales para fazer compras no supermercado de José Ruivo, empreiteiro que os aliciou. De acordo com o promotor, o caso pode ser enquadrado como condição análoga à de escravo, cuja pena é de reclusão de dois a cinco anos. (Folha de São Paulo, 17 de junho de 2004)

A incorporação de novas tecnologias no setor canavieiro aprofundou a dinâmica de exploração do trabalho, através de formas precárias de arregimentação, contratação, moradia, alimentação, etc. As colheitadeiras funcionam em áreas planas e contínuas, mas causam maior compactação do solo e prejudicam as mudas que deveriam rebrotar. A mecanização gera super exploração do trabalho porque cria novas exigências como o corte rente ao solo (para maior aproveitamento da concentração de sacarose) e a ponteira da cana bem aparada. Isso aumenta o esforço dos trabalhadores e a jornada de trabalho. Com a mecanização do setor, foi transferido para os trabalhadores o corte da cana em condições mais difíceis, onde o terreno não é plano, o plantio é mais irregular e a cana é de pior qualidade.

O corte mecanizado se tornou referência para a quantidade cortada pelos trabalhadores, que subiu de 5 a 6 toneladas por dia para cada trabalhador na década de 80, para 9 a 10 toneladas por dia na década de

90. Hoje já se registra uma exigência das usinas de 12 a 15 toneladas por dia, principalmente em regiões onde o ritmo das máquinas se tornou referência de produtividade. O não cumprimento da meta freqüentemente significa que o trabalhador será dispensado e colocado em uma lista que circulará por diversas usinas, o que o impede de voltar a trabalhar na safra seguinte.

O aumento da meta do corte da cana causou grande diminuição no número de mulheres que realizam esse trabalho. Além disso, a dupla jornada (obrigação com o trabalho na cana, com o serviço em casa e com o cuidado e educação dos filhos) significa um esforço muito maior para as mulheres que, mesmo com todas as dificuldades, enfrentam o trabalho bruto. Mas as usinas restringem esse trabalho com a exigência adicional de que as mulheres sejam “operadas”, ou seja, impossibilitadas de ter filhos.

A maioria dos trabalhadores não tem controle da pesagem ou da metragem de sua produção diária, que é exercida pela usina. Muitas denúncias apontam para a manipulação e fraude desses dados pelas usinas, que pagam menos do que os trabalhadores teriam direito. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dobrada (SP), por exemplo, denunciou casos em que trabalhadores recebiam o equivalente ao corte de 10 toneladas de cana por dia, quando essa quantidade era de 19 toneladas.

No estado de São Paulo, os trabalhadores recebem R\$2,60 por tonelada de cana cortada. O piso salarial é de R\$410,00. Quando o trabalhador consegue atingir a média de 10 toneladas por dia, pode chegar a ganhar R\$800,00 por mês. Porém, o custo com moradia e alimentação é de cerca de R\$400,00 por mês.

O "fracasso" causado pela perda do emprego por não cumprir a meta do corte de 10 a 12 toneladas por dia, e a impossibilidade de voltar para casa com algum recurso para a família, fazem com que muitos trabalhadores "fujam" ou "desapareçam", migrando novamente (muitas vezes para a região Centro-Oeste) ou buscando trabalhos temporários nas periferias dos centros urbanos. Esse processo gera uma categoria de trabalhadores "itinerantes".

O sistema de folga nas usinas é de "5 por 1", ou seja, os trabalhadores têm um dia de folga a cada cinco dias de trabalho. Isso significa que a cada dia de folga somente um grupo relativamente pequeno de trabalhadores pode se reunir, o que dificulta o convívio social, familiar e a organização política. A maioria dos dias livres não é nos finais de semana, quando os traba-

lhadores teriam maior possibilidade de exercer essas atividades. Esse sistema exclui a exigência de que as usinas paguem horas extras nos finais de semana.

Em Pernambuco, os trabalhadores ganham em média dois salários mínimos por mês, se conseguem atingir a meta de cortar 6 toneladas de cana por dia. Eles também denunciam fraudes na pesagem da cana, além de maus tratos e falta de segurança no trabalho. "Quando tem serviço, a safra dura de três a quatro meses. O resto do tempo a gente passa fome. Eu tenho 55 anos e ninguém quer me contratar porque acham que sou ´sucata´. Também não posso me aposentar porque ainda não completei 35 anos de serviço", relata o trabalhador José Santos, que hoje espera o processo de desapropriação para ser assentado na falida Usina Aliança.

A indústria da cana foi o setor do agronegócio que mais cresceu no Brasil em 2005.

Essa expansão tem trazido sérias consequências para o País, como destruição ambiental, expulsão dos trabalhadores do campo e constantes violações de direitos trabalhistas.

As usinas exigem que cada trabalhador corte, em média, de 12 a 15 toneladas de cana por dia.

Entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005, a Pastoral dos Migrantes registrou 13 mortes de trabalhadores por excesso de trabalho nos canaviais da região de Ribeirão Preto.

Problemas de Saúde e Mortes de Trabalhadores

Entre janeiro de 2004 a dezembro de 2005, a Pastoral dos Migrantes de São Paulo registrou 13 mortes de trabalhadores nos canaviais da região de Ribeirão Preto. Essas mortes ocorreram durante ou imediatamente após a jornada de trabalho. Antes de morrer, os trabalhadores apresentaram câimbras, tontura, dores de cabeça e, em alguns casos, sangramento nasal. A Pastoral dos Migrantes argumenta que a causa das mortes é excesso de trabalho. Os atestados de óbito registram parada cardíaca e respiratória como principal causa das mortes.

“Além das mortes ocorridas nos canaviais, há aquelas não registradas, e que ocorrem ao longo de um tempo determinado. Doenças como câncer, provocado pelo uso de veneno, fuligem da cana, além de doenças respiratórias, alérgicas, da coluna, aliadas a quase total impossibilidade de serem tratadas em razão da inexistência de recursos financeiros para a compra de remédios conduzem à morte física ou social de muitos trabalhadores, cuja depredação de suas forças impede-os de continuar no mercado de tra-



“Na região dos canaviais aumentam as chamadas ‘cidades dormitórias’, onde os trabalhadores migrantes vivem em cortiços ou barracos superlotados.”

balho”, explica a professora da UNESP, Maria Aparecida de Moraes.

Os movimentos repetitivos no corte da cana causam tendinites e problemas de coluna, descolamento de articulações e câimbras, provocadas por perda excessiva de potássio. As freqüentes câimbras seguidas de tontura, dor de cabeça e vômito são chamadas de “birola”. Muitos trabalhadores usam medicamentos (como injeções chamadas de “amarelinhas”) e drogas (como crack e maconha) para aliviar a dor e estimular o rendimento. Para cortar 10 tone-

ladas de cana por dia, estima-se que cada trabalhador precise repetir cerca de 10 mil golpes de facão.

Os ferimentos e mutilações causados por cortes de facão, principalmente nas pernas e nas mãos, também são freqüentes. Porém, raramente a empresa notifica aos órgãos competentes esses acidentes de trabalho e praticamente não há controle por parte desses órgãos governamentais. Muitos trabalhadores doentes ou mutilados, apesar de impedidos de trabalhar, não conseguem aposentadoria por invalidez.



Trabalhadores
morrem
durante a
dura
jornada de
trabalho.

Destruição Ambiental

Diversos estudos demonstram que a prática da monocultura extensiva promove a destruição ambiental. A produção da cana é destrutiva, pois promove a queima dos solos, o alto nível de utilização de produtos químicos, além da poluição e do lixo químico das usinas processadoras do álcool e do açúcar.

Um relatório internacional da World Wildlife Fund (WWF), de Novembro de 2004, alerta para a indústria da cana como o principal ramo da monocultura poluidor do meio ambiente e destruidor da fauna e da flora. A cultura da cana cobre mais da metade do território de sete países e entre 10% e 50% do território de 15 países. Grandes extensões de terras férteis já foram degradadas pela monocultura da cana. As queimadas e o processamento da cana poluem o solo, o ar e as fontes de água potável. Além disso, a produção utiliza grande quantidade de herbicidas e pesticidas. Dados da Organização Mundial da Saúde apontam que cerca de 25 milhões de pessoas apresentam casos de envenenamento agudo por ano, em consequência do contato com esses produtos químicos.

No Brasil, a aplicação de herbicidas e agrotóxicos nos canaviais inclui o "Roun-



“A indústria da cana é um dos principais ramos da monocultura poluidor do meio ambiente e destruidor da fauna e da flora.”


dup" da empresa Monsanto. Essa prática afeta os trabalhadores, que muitas vezes não utilizam proteção adequada para aplicar esses produtos. Em Pernambuco, muitas áreas de plantio de cana têm declive acima de 45%, o que causa o escoamento dos venenos para uma extensão ainda maior. Os dejetos da cana são constantemente depositados nos rios, causando a morte de peixes, crustáceos e da vegetação fluvial, além da poluição de lençóis freáticos e de águas subterrâneas. O processamento da cana nas usinas polui o ar através da queima do bagaço, que produz fuligem e fumaça.

Entre junho e agosto de 2005, foi decretado estado de alerta na região dos canaviais no estado de São Paulo porque as queimadas levaram a umidade relativa do ar a atingir níveis extremamente baixos (entre 13% e 15%). Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram registrados 287 focos de queimadas durante esse período, o que representa um aumento de 47,94% em relação ao mesmo período em 2004. Técnicos do INPE defendem uma "moratória da queima", a partir de 2006.

Mesmo com todos os problemas ambientais, a monocultura da cana está sendo

negociada como forma de gerar energia "limpa". Um novo subproduto da cadeia produtiva é o crédito de carbono. Após a assinatura do Protocolo de Kyoto em 1997, reforçado na Conferência Rio + 10 em 2002, na África do Sul, foi criado o "mercado de carbono", utilizado por países centrais que precisam reduzir em 5,2% a emissão de gases poluentes até 2010. Para isso, foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estabelecendo que cada tonelada de gás carbônico que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera pode ser negociada no mercado mundial. O governo alemão, por exemplo, propõe negociar \$100 milhões de reais como crédito de carbono, resultante da substituição da gasolina pelo álcool. Isso significaria um aumento das exportações brasileiras de 430 milhões de litros de álcool por ano.

Apesar de ser considerado um combustível "limpo", a produção de cana destrói o meio ambiente e afeta a saúde da população. A queimada serve para facilitar a colheita, porém essa prática destrói grande parte dos microorganismos do solo, polui o ar e causa doenças respiratórias. Grande parte do corte da cana no Brasil é feita sem nenhum controle ambiental. Em Pernambuco, por exemplo, resta apenas 5% de Mata Atlântica na região canavieira.



A prática da monocultura
extensiva promove a destruição
ambiental.

Organizações de Trabalhadores e Luta pela Terra

Na década de 80, os trabalhadores do setor canavieiro realizaram grandes mobilizações que resultaram em melhorias nas condições de trabalho. Um marco histórico foi a greve de Guariba, em 1984, que logrou a diminuição do corte de cana de 7 para 5 “ruas”, o descanso semanal remunerado, piso salarial, direito à previdência social, fundo de garantia, férias e fornecimento gratuito de ferramentas de trabalho e equipamentos de proteção. A partir da década de 90, muitos desses direitos têm sido violados. O aprofundamento do modelo econômico neoliberal, o enfraquecimento das organizações sindicais e a maior concentração econômica do setor contribuíram para aprofundar a violação desses direitos.

Um relatório da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (FETAPE), intitulado “Açúcar com Gosto de Sangue”, demonstra as diversas formas de violência causadas pela monocultura da cana. A violência é utilizada para expulsar camponeses de suas terras, para demitir trabalhadores registrados e substituí-los pelo trabalho temporário e ilegal, para impedir a organização dos sindicatos.



“A violência é utilizada para expulsar camponeses de suas terras, para demitir trabalhadores registrados e substituí-los pelo trabalho temporário e ilegal.”

O processo de fragmentação do trabalho se reflete na divisão das organizações de trabalhadores. No estado de São Paulo, a FETAESP (Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de SP) foi dividida em 1989. Também foram criadas a Federação da Agricultura Familiar (FAF) e o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), aumentando as divisões internas na categoria.

A concorrência com o processo de reforma agrária traz a cena também o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), prin-

cipalmente no Nordeste, onde há grandes ocupações de usinas falidas.

A CPT estima que existam cerca de 30 mil famílias acampadas em Pernambuco, em busca de conquistar sua própria terra. Porém, a paralisação da reforma agrária tem gerado sérios conflitos. De 1995 a 2004, a CPT registrou 26 assassinatos de trabalhadores rurais, 43 casos de tortura, 429 casos de agressão física e 261 prisões de militantes sem terra, em 1217 conflitos no estado. Dados revelam que apenas 10 mil famílias foram assentadas em toda a história do INCRA em Pernambuco.



Resistir,
organizar,
Lutar
Vencer.

Declaração dos Movimentos Sociais do Cone Sul sobre a OMC

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, lutadores e lutadoras de movimentos sociais do campo e da cidade, membros da Via Campesina (Brasil, Uruguai, Chile, Argentina e Paraguai) e da Campanha Brasileira Contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), nos reunimos para discutir os impactos das políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o atual estágio de negociações.

Nos últimos anos, acumulamos um processo muito importante de articulação entre diversos setores da sociedade, em nível continental. Conseguimos interromper esse processo de negociação a partir de um amplo trabalho de formação política e de mobilizações massivas.

Enquanto isso, as negociações na OMC ganham força a partir do momento em que os governos dos nossos países investem nesse processo, cedendo a pressões do imperialismo, do capital financeiro, do agronegócio e de grandes empresas estrangeiras e nacionais.

Diante disso, nosso desafio é desenvolver um grande trabalho de formação e mobilização contra a OMC, e contra seu



“Nosso desafio é desenvolver um grande trabalho de formação e mobilização contra a OMC.”

projeto de controle dos mercados mundiais em benefício das grandes corporações e em detrimento dos direitos dos povos.

No âmbito da OMC, estão sendo negociados direitos básicos como o acesso à água, energia, saúde, educação, biodiversidade e soberania alimentar, que passam a ser privatizados e tratados como mercadorias.

Diante disso, afirmamos que:

1. É preciso divulgar amplamente os impactos negativos dos acordos da OMC em nossas sociedades e trabalhar a formação política de base;

2. Ampliar a pressão sobre os governos de nossos países para evitar a mercantilização de nossos direitos;

3. Impedir que os governos dos nossos países negociem nossos direitos para beneficiar apenas um pequeno número de empresas agrícolas, que concentram terra e renda, exploram os trabalhadores, inclusive com trabalho escravo, e destróem o meio ambiente;

4. Trabalharemos no sentido de fortalecer novas relações entre povos e países, baseadas na solidariedade, na autodeterminação e na justiça.

Afirmamos que é preciso barrar as negociações na OMC em nome da soberania dos povos e da possibilidade de nossos países definirem suas políticas econômicas e sociais.



“ É preciso barrar as negociações na OMC em nome da soberania dos povos.”